

Porto Velho, 18 de novembro de 2010.

Ao Senhor  
Thomaz Miazaki de Toledo  
Coordenador de Energia Hidrelétrica e Transposições do  
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- IBAMA  
Brasília - DF

Nº. Ref.: Santo Antônio Energia/PVH: 1286/2010

Assunto: Programa de Compensação Social – Subprograma de Apoio ao Município de  
Porto Velho – Centro de Referência para Migrantes

Prezado Senhor,

A proposta para implantação do Centro de Referência para Migrantes foi apresentada no Plano Básico Ambiental da UHE Santo Antônio, em um cenário de incertezas com relação ao comportamento dos fluxos migratórios para Porto Velho. Esta situação, de resto inerente à fase anterior da implantação do empreendimento, é configurada por uma grande diversidade de fatores. Entre estes, podem ser mencionados:

- (i) conjuntura econômica e respectivo nível de emprego nos locais de origem, que determina o estímulo a migração e influencia no volume do fluxo migratório;
- (ii) estratégias implementadas pelo empreendedor para qualificação e contratação de mão de obra local; e
- (iii) estratégias do empreendedor para condução das ações de comunicação social, que influenciam o direcionamento dos fluxos migratórios.

O Centro de Referência para Migrantes foi proposto no PBA como mais uma opção para o atendimento às pessoas que viessem a exceder a capacidade de absorção da cidade e que demandassem políticas específicas de inserção, tendo como última alternativa seu redirecionamento para outros destinos ou mesmo para o local de origem. Ou seja, o atendimento envolvia o fornecimento de orientações sobre o mercado de trabalho e outros temas de interesse, culminando com o encaminhamento daqueles que não conseguissem se manter na cidade para os programas de assistência social da Prefeitura de Porto Velho, por meio de convênio.

Estimava-se que esta população chegasse em números significativos na estação rodoviária e no porto, justificando a recomendação de implantação do Centro próximo a estes locais.

Enquanto se discutia com a Prefeitura de Porto Velho uma proposta viável para a implantação do Centro, os resultados das pesquisas de monitoramento passaram a demonstrar que o migrante que estava sendo atraído para Porto Velho, para os trabalhos na construção da UHE Santo Antônio, não demandava as medidas propostas para o centro de atendimento ao migrante.

Na primeira pesquisa identificou-se um número significativo de migrantes que vinham sozinhos, ou acompanhados da família, e que se alojavam nas casas de amigos e parentes em Porto Velho até que conseguissem se inserir no mercado de trabalho e tivessem acesso a uma moradia. Ainda nesta pesquisa identificou-se um alto déficit habitacional associado ao componente "família convivente", ou seja, moradia na qual famílias convivem temporariamente. Na segunda pesquisa esse componente do déficit sofreu significativa redução, o que indica acesso, por parte do migrante, de moradia própria, seja via aluguel ou aquisição.

Outro fator importante para minimizar a necessidade de implantação do Centro de Referência para Migrantes foi o resultado da política de qualificação de mão de obra do Programa Acreditar, que viabilizou a contratação de uma percentagem considerável de mão de obra local. Destaca-se que, aproximadamente, 80% da mão de obra contratada é de Rondônia.

Os resultados das pesquisas de monitoramento da expansão da população da cidade de Porto Velho, realizadas em setembro de 2009 e abril de 2010, demonstram que não é necessário implantar o Centro de Referência para Migrantes. Estas pesquisas mostraram que os migrantes identificados nas amostras realizadas apresentam nível de escolaridade, taxa de participação na população ativa e rendimentos médios mensais iguais ou melhores que os da população nativa ou que migrou há mais tempo para a cidade, conforme pode ser visto nas tabelas e gráfico apresentados a seguir.

Na tabela que mostra o grau de escolaridade vê-se que a distribuição dos moradores nativos e migrantes mais antigos é similar à dos migrantes recentes, com estes apresentando participação menor entre os que nunca estudaram e maior no grupo com curso superior e pós-graduação.



**Grau de escolaridade da população acima da idade escolar e que se encontra fora da escola segundo o status migratório, cidade de Porto Velho, setembro de 2009 e abril de 2010**

Grau de escolaridade	Nativos e migrantes antigos (até 2007)				Migrantes recentes (2008 a 2010)			
	Setembro de 2009		Abril de 2010		Setembro de 2009		Abril de 2010	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Nunca estudou	11.398	5,9	12.601	6,7	336	2,6	775	3,2
Até 4ª série primeiro grau	28.376	14,7	31.079	16,6	1.432	11,2	2.331	9,5
5ª a 8ª séries de primeiro grau	47.957	24,8	43.646	23,3	2.863	22,4	6.966	28,4
1ª a 3ª séries do segundo grau	78.465	40,6	69.941	37,3	6.291	49,3	9.314	38,0
Curso superior e pós-graduação	27.301	14,1	30.180	16,1	1.837	14,4	5.115	20,9
Total	193.497	100,0	187.447	100,0	12.759	100,0	24.501	100,0

Práxis/SAE, Pesquisa Semestral, setembro de 2009 e abril de 2010

A tabela a seguir mostra a similaridade das taxas de participação na força de trabalho dos dois contingentes populacionais considerados. Pode-se ver que a taxa de desemprego dos migrantes recentes, que na primeira pesquisa situava-se bem acima da verificada entre os migrantes antigos e os nativos, apresenta-se bem mais baixa e próxima à da população residente na segunda pesquisa, resultado que é explicado pelo momento de transição daqueles chegados recentemente à cidade.

**Indicadores de participação no mercado de trabalho segundo o status migratório, cidade de Porto Velho, setembro de 2009 e abril de 2010**

Discriminação	Setembro de 2009		Abril de 2010	
	Nativos e migrantes até 2007	Migrantes recentes	Nativos e migrantes até 2007	Migrantes recentes



Santo Antônio  
ENERGIA

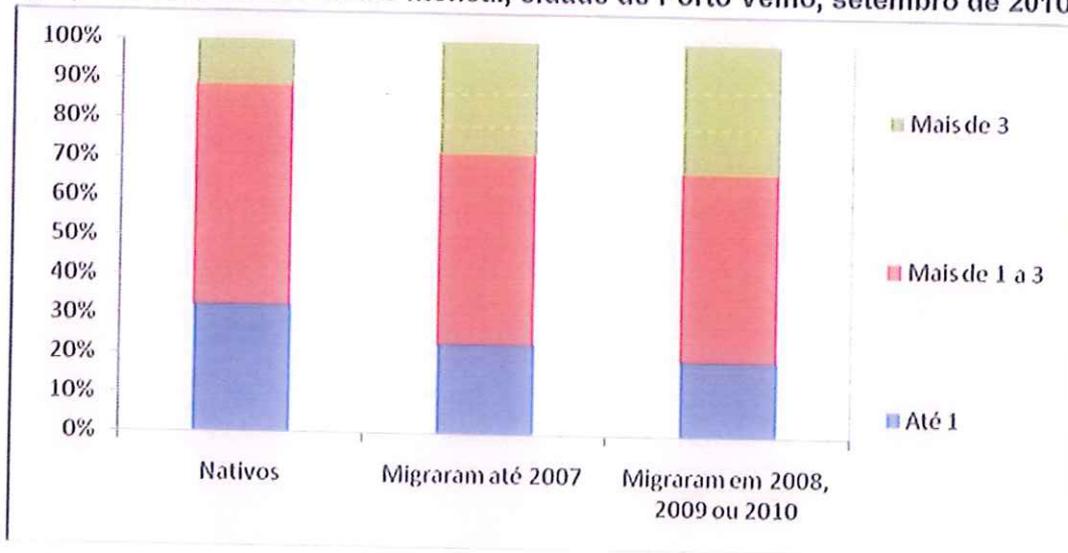
A - População ocupada	151.004	8.178	140.453	18.370
Taxa de emprego (A/C*100)	88,7	69,5	89,1	83,3
B - População desempregada	19.175	3.595	17.207	3.670
Taxa de desemprego (B/C*100)	11,3	30,5	10,9	16,7
C - População economicamente ativa (A+B)	170.179	11.774	157.660	22.040
Taxa de atividade ((C/I)*100)	66,6	69,0	67,1	65,2
D - Aposentados e pensionistas	21.877	580	19.989	556
E - Donas de casa	25.610	2.212	25.866	5.102
F - Estudantes	32.755	2.420	27.224	5.724
G - Outras categorias	5.189	83	4.142	376
H - População não economicamente ativa (D+E+F+G)	85.432	5.295	77.222	11.038
Taxa de inatividade (H/I*100)	33,4	31,0	32,9	32,7
I - População em idade ativa (C+H)	255.611	17.069	234.882	33.778
J - População com menos de 15 anos	91.940	4.626	82.995	9.718
K - População total (I+J)	347.551	21.695	317.877	43.495

Práxis/SAE, Pesquisa Semestral, setembro de 2009 e abril de 2010

O gráfico a seguir mostra, para os migrantes que estão trabalhando, uma participação maior na classe de rendimento acima de três salários mínimos que a população dos nativos ou dos migrantes que chegaram a Porto Velho até o ano de 2007. Esta distribuição de rendimentos indica a predominância, entre a população migrante, de pessoas com poder aquisitivo relativamente alto e com possibilidades mínimas de alojamento em áreas de ocupação informal, um resultado considerado possível na época do estudo de impacto ambiental. Reforça esta suposição o acompanhamento, realizado periodicamente, da ocupação populacional em áreas sensíveis, atividade incluída no monitoramento da expansão demográfica da cidade de Porto Velho, que tem demonstrado a ausência da expansão deste tipo de ocupação, conforme última observação realizada em agosto de 2010.

PORTO VELHO, RO  
Rua Tabajara, 834 - Olaria  
CEP 76.801- 316  
Tel 55 69 3216 1600 - Fax 55 69 3216 1679  
[www.santoantonioenergia.com.br](http://www.santoantonioenergia.com.br)

**Distribuição das pessoas que estão trabalhando segundo o status migratório e o grupo de rendimento médio mensal, cidade de Porto Velho, setembro de 2010**



Práxis/SAE, Pesquisa Semestral, setembro de 2009 e abril de 2010

Diante do exposto, para atendimento ao migrante, a Santo Antônio Energia propõe a manutenção do monitoramento até dezembro de 2011, quando será emitido um relatório que servirá de base para discussão dos resultados com a equipe técnica do IBAMA, em substituição à implantação do Centro de Atendimento ao Migrante.

Na certeza de sua compreensão, a SAE aguarda o posicionamento favorável desse Instituto.

Atenciosamente,



Ricardo Márcio Martins Alves  
Gerente de Sustentabilidade

Ricardo Márcio Martins Alves  
Gerente de Sustentabilidade  
Santo Antônio Energia